

# Controle de constitucionalidade I

Você acertou

**0 %**

das questões  
(0 de 20)

## Tente novamente

Seu aproveitamento poderia ser melhor. Para estudar mais sobre este assunto, consulte os resumos do DireitoNet ou faça o teste novamente.

Confira abaixo o gabarito e as respostas comentadas:

### 1 A inconstitucionalidade pode ser:

#### a) Material e Formal.

- b) Material e Jurídica.
- c) Formal e Nomodinâmica.
- d) Preventiva e Repressiva.

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra A**. A inconstitucionalidade MATERIAL refere-se ao conteúdo das normas constitucionais. O conteúdo de uma norma não pode ser antagônico ao de sua matriz constitucional. A inconstitucionalidade FORMAL refere-se às regras constitucionais do processo legislativo. Portanto a inconstitucionalidade pode ser formal e material.

Na alternativa B, a expressão "JURÍDICA" está equivocada, eis que não existe tal tipo de parâmetro de compatibilidade vertical.

Na alternativa C, a expressão NOMODINÂMICA também representa parâmetro de inconstitucionalidade formal, ou seja, são sinônimas.

Na alternativa D, o controle de constitucionalidade é que pode ser preventivo e repressivo, não o parâmetro de compatibilidade vertical.

## 2 Sobre o controle preventivo assinale a alternativa correta:

- a) Ocorre anteriormente à promulgação da lei e possui natureza jurídica sempre.
- b) Ocorre anteriormente à promulgação da lei e possui natureza política em regra.**
- c) Ocorre após a promulgação da lei e se dá de forma concentrada no Supremo Tribunal Federal.
- d) Ocorre após a promulgação da lei, momento em que se deve iniciar a atividade política.

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra B**. O controle preventivo se dá anteriormente à promulgação da lei. É o método pelo qual se previne a introdução de uma norma inconstitucional no ordenamento. Se dá antes ou durante o processo legislativo.

## 3 Analise as frases abaixo e responda (V) para verdadeiro e (F) para falso:

- I) O poder constituinte originário é autônomo, ilimitado, derivado.**
- II) A emenda constitucional pode ser inconstitucional.**
- III) O poder constituinte decorrente é ilimitado.**
- IV) No exercício da iniciativa legislativa, aqueles que são detentores do poder de deflagrar o processo legislativo, devem analisar o projeto compatibilizando-o com o texto constitucional.**

- a) F, F, V, V.
- b) V, F, V, V.
- c) V, V, F, F.
- d) F, V, F, V.**

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra D**. O Poder Constituinte Originário autônomo, inicial, ilimitado e incondicionado, portanto a expressão DERIVADO não está correta.

A emenda constitucional pode ser inconstitucional por se tratar de obra do Poder Constituinte Derivado, que é limitado, não inicial, condicionado e vinculado. O poder constituinte decorrente é limitado, nos termos do art. 25, CF e art. 11, ADCT. No dizer de Anna Cândida da Cunha Ferraz “tem o Poder Constituinte Decorrente um caráter de complementaridade em relação à Constituição; destina-se a perfazer a obra do Poder Constituinte Originário nos Estados Federais, para estabelecer a Constituição dos seus estados componentes”.

**4 Sobre o controle repressivo difuso responda:****I) Tem como pressuposto um caso concreto.****II) A competência para julgamento é do juiz de 1º grau.****III) Deve ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, como única instância. IV) Nasceu no Brasil em 1891 na 1ª Constituição da República.**

a) V, F, V, V.

b) F, V, V, V.

c) V, V, F, F.

**d) V, V, F, V.**

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra D**. O controle repressivo é exercido pelo Poder Judiciário e processado em duas vias: difusa e concentrada. É julgado em 1ª instância, foro ordinário, diferentemente do que ocorre no controle concentrado por via de ação, cujo julgamento se dá no Supremo Tribunal Federal.

Sempre terá com o pressuposto um caso concreto. A forma processual utilizada é variada, podendo ser mandado de segurança, ação ordinária, etc. De fato a decisão de controle difuso pode chegar ao Supremo Tribunal Federal que decidirá e não expulsará a norma do sistema, pois os efeitos do julgamento restringem-se às partes.

**5 Sobre o controle de constitucionalidade em grau de recurso assinale a alternativa correta:**

a) Pode ser declarada a inconstitucionalidade somente pela Câmara Julgadora do Tribunal.

b) Pode ser declarada a inconstitucionalidade pelo relator da Turma Julgadora sem qualquer finalidade.

**c) Exige reserva de plenário do Tribunal que irá apreciar a inconstitucionalidade.**

d) Os Tribunais de Justiça dos Estados não podem declarar a inconstitucionalidade, devendo sempre remeter os autos ao Supremo Tribunal Federal.

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra C**. Conforme preceitua os arts. 97, da Constituição Federal e o art. 482, do CPC, exige-se a reserva de plenário para declaração de inconstitucionalidade. Pode o Tribunal de Justiça do Estado declarar a inconstitucionalidade respeitando esses dispositivos legais. O relator da Turma e a Câmara Julgadora não podem declarar a inconstitucionalidade. Os autos devem ser remetidos ao pleno daquele tribunal.

**6 Sobre a intervenção de terceiros no controle de constitucionalidade DIFUSO considere (V) para verdadeiro (F) para falso:**

**I) Admite-se a intervenção do “amigo da corte”.**

**II) Intervenção do Ministério Público e as pessoas jurídicas de direito público responsáveis pela edição do ato questionado, se assim o requererem, poderão manifestar-se no incidente de inconstitucionalidade, observados os prazos e condições fixados no Regimento Interno do Tribunal.**

**III) Os mesmos legitimados da Ação Direta de Inconstitucionalidade.**

**IV) Não se admite a intervenção de terceiros.**

a) V, F, V, F.

**b) V, V, V, F.**

c) F, F, V, V.

d) F, F, F, V.

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra B**. As hipóteses de intervenção de terceiros no controle de constitucionalidade por via difusa, estão no art. 482, §1º, §2º, §3º, CPC.

**7 Quanto à declaração de inconstitucionalidade no controle difuso, assinale a alternativa incorreta:**

a) A declaração de inconstitucionalidade antecede o mérito da questão.

b) A declaração de inconstitucionalidade é causa de pedir, nunca o pedido da ação.

c) O juiz pode declarar a inconstitucionalidade de ofício.

**d) Há preclusão do controle de constitucionalidade.**

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra D**. A decisão do Poder Judiciário para o caso concreto será sempre incidental. O juiz reconhece primeiramente a inconstitucionalidade de determinada norma e conseqüentemente julga o feito procedente ou improcedente.

A declaração de inconstitucionalidade é causa de pedir, nunca pedido. O pedido é o caso concreto. O juiz pode reconhecer a inconstitucionalidade de ofício por se tratar de matéria de ordem pública. Qualquer tempo e grau de jurisdição. Não preclui.

**8 São efeitos do controle de constitucionalidade difuso:**

**a) “ex tunc” e “inter partes”.**

- b) "ex nunc" e "inter partes".
- c) "ex tunc" e "erga omnes".
- d) "ex nunc" e "erga omnes".

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra A**. Por mais que seja decidido pelo Tribunal de Justiça, só faz coisa julgada entre as partes, podendo qualquer outro Tribunal declarar a lei constitucional, determinando sua aplicação.

É "ex tunc" eliminando a relação jurídica fundada na lei inconstitucional desde seu nascimento.

**9 O Supremo Tribunal Federal ao decidir pela inconstitucionalidade no controle difuso, comunica o Senado (art. 52, X, CF) que pode facultativamente suspender a lei. Caso a lei seja suspensa, quais os efeitos da decisão daquela casa legislativa?**

- a) "erga omnes" e "ex nunc".
- b) "erga omnes" e "ex tunc".
- c) "inter partes" e "ex tunc".
- d) "inter partes" e "ex nunc".

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra A**. Será "erga omnes" porque a decisão do Senado vincula a todos.

Nos dizeres do professor José Afonso da Silva "essa manifestação do Senado, que não revoga nem anula a lei, mas simplesmente lhe retira a eficácia, só tem efeitos, daí por diante, "ex nunc". Pois, até então, a lei existiu. Se existiu e foi aplicada, revelou eficácia, produziu validamente seus efeitos.

**10 Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Não se admite desistência da Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- b) Não se admite intervenção de terceiros na Ação Direta de Inconstitucionalidade, salvo a hipótese do §2º do art. 7º, da lei 9868/99.
- c) Admite-se desistência da Ação Declaratória de Constitucionalidade.**
- d) O relator para o qual foi distribuída a Ação Direta de Inconstitucionalidade pedirá informações aos órgãos ou autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra C**. A alternativa C está incorreta, eis que não se admite a desistência da Ação Declaratória de Constitucionalidade, conforme preceitua o art. 16, da lei 9868/99. Também não se admite desistência da Ação Direta de

Inconstitucionalidade – art. 5º, da lei 9868/99.

Em regra não se admite a intervenção de terceiros na Ação Direta de Inconstitucionalidade, exceto na hipótese do §2º do art. 7º, da lei 9868/99 – que é a figura do “Amigos Da Corte”. O fundamento da alternativa D está no art. 6º, da lei 9868/99.

## 11 São legitimados universais da Ação Direta de Inconstitucionalidade:

I) Governador do Estado.

II) Mesa da Câmara e Mesa do Senado.

III) Procurador Geral da República.

IV) Conselho Federal da OAB e partido político com representação no Congresso Nacional.

a) F, V, V, V.

b) V, V, V, F.

c) F, V, F, V.

d) V, F, V, F.

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra A**. O Governador do Estado não é legitimado universal, devendo demonstrar a *pertinência temática*, ou seja, uma relação de pertinência entre o pedido de inconstitucionalidade daquela lei e as finalidades institucionais do organismo.

## 12 São legitimados especiais da Ação Direta de Inconstitucionalidade:

I) Mesa da Assembléia Legislativa dos Estados e Câmara Legislativa do Distrito Federal.

II) Presidente da República.

III) Entidade de classe de âmbito nacional.

IV) Confederação sindical.

a) V, V, V, V.

b) V, F, V, V.

c) F, V, V, V.

d) V, V, V, F.

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra B**. O Presidente da República não precisa demonstrar pertinência temática para ajuizar a Ação Direta de Inconstitucionalidade. É legitimado universal.

**13 Considere (V) para verdadeiro e (F) para falso:**

**Cabe Ação Direta de Inconstitucionalidade para o: I) controle de lei ou ato normativo federal.**

**II) controle de lei ou ato normativo estadual.**

**III) controle de toda lei ou ato normativo do Distrito Federal.**

**IV) controle de lei ou ato normativo municipal.**

a) V, F, F, V.

b) V, V, V, F.

**c) V, V, F, F.**

d) V, F, V, V.

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra C**. As assertivas I e II encontram fundamento no art. 102, I, a, da Constituição Federal.

Quanto à lei ou ato normativo Municipal, a Constituição deixou prever o seu controle por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade. Entende-se que tal omissão foi proposital, dando ensejo ao fenômeno silêncio eloquente.

Quanto ao Distrito Federal, sabe-se que este ente acumula competência para elaboração de leis Estaduais e Municipais. O Supremo Tribunal Federal tem firmado o entendimento de que quando aquele ente promulga leis ou atos normativos próprios de Estado membro, (tome por exemplo a lei que institui o imposto de transmissão "causa mortis" e doações - ITCMD) podem ser submetidos ao controle de constitucionalidade por via de Ação Direta de Inconstitucionalidade. Já quando promulga leis próprias dos Municípios (tome por exemplo a lei do IPTU), devem os prejudicados se valerem de outra forma de controle de constitucionalidade que não seja a ADIN. Como o item III está dizendo que cabe ADIN em toda lei ou ato normativo do Distrito Federal, esse item está incorreto pois só poderá ser proposta ADIN no caso da lei ou ato normativo do Distrito Federal que forem próprias de Estado membro.

O item IV está incorreto pois não cabe ADIN no caso de lei ou ato normativo Municipal.

**14 Que tipo de ato normativo pode ser objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade?**

**I) Constituição Estadual.**

**II) Lei complementar ordinária.**

**III) Lei orçamentária.**

**IV) Emenda constitucional.**

**a) V, V, V, V.**

b) V, V, V, F.

c) V, V, F, V.

d) F, V, V, F.

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra A**. A lei orçamentária, em tese, não poderia ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade, porque é uma lei que regula ato concreto, ou seja, o orçamento. E como sabemos a Ação Direta de Inconstitucionalidade somente serve para controle abstrato de constitucionalidade. No entanto, o STF tem admitido por tal possibilidade. (ADI 4048)

A Constituição Estadual emana do Poder Constituinte Decorrente que é derivado do Poder Constituinte Derivado, tendo as mesmas características deste, ou seja, limitado e condicionado, submetendo-se ao controle de constitucionalidade.

**15 Quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão, assinale a alternativa incorreta:**

a) Podem propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão os legitimados à propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade.

b) Proposta a Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão, não se admitirá desistência.

**c) Não é permitida a manifestação do Advogado-Geral da União, mas, apenas, do Procurador-Geral da União.**

d) A petição indicará a omissão inconstitucional, total ou parcial, quanto ao cumprimento de dever constitucional de legislar ou quanto à adoção de providência de índole administrativa e o pedido.

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra C**. Dessarte, o artigo 12-E, §2º, aduz: "O relator poderá solicitar a manifestação do Advogado-Geral da União, que deverá ser encaminhada no prazo de 15 (quinze) dias." Assim, as alternativas "a", "b" e "d" estão corretas e se encontram no texto da Lei 9.868/99, alterada pela Lei 12.063/09.

**16 Sobre os efeitos do controle de constitucionalidade na Ação Direta de Inconstitucionalidade, assinale a alternativa correta:**

a) "erga omnes" e vinculante.

b) "inter partes" e vinculante.

c) "erga omnes" e "inter partes".

d) Se a decisão emanar de Recurso Extraordinário haverá vinculação.

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra A**. Efeito "erga omnes": para todos e vinculante: vincula a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, e também o Poder Judiciário.

As alternativas B e C estão totalmente contraditórias, por isso flagrantemente erradas, eis que não haverá efeito entre as partes que possa vincular a todos, nem sequer erga omnes e inter partes, ou seja entre as partes e contra todos. A alternativa D está errada porque uma decisão de



Recurso Extraordinário, portanto controle difuso, jamais poderá ter efeito vinculante.

**17 Se no controle difuso se desrespeitar uma decisão de inconstitucionalidade proferida anteriormente em Ação Direta de Inconstitucionalidade, poderá a parte:**

a) Ajuizar nova Ação Direta de Inconstitucionalidade, caso seja um dos legitimados.

**b) Apresentar reclamação no Supremo Tribunal Federal.**

c) Ajuizar incidente de jurisprudência no respectivo Tribunal.

d) Comunicar o Senado Federal acerca do descumprimento da decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra B**. Deverá apresentar reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal nos termos do art. 102, I, "I", CF.

**18 Assinale a alternativa INCORRETA:**

a) A Ação Declaratória de Constitucionalidade visa a segurança jurídica acabando com as decisões divergentes no controle difuso.

b) A competência para julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade é do Supremo Tribunal Federal.

c) A legitimidade da Ação Declaratória de Constitucionalidade é igual à legitimidade da Ação Direta de Inconstitucionalidade.

**d) No campo material, podem ser objeto da ADECON lei ou ator normativo federal e estadual.**

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra D**. A competência para julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade é do Supremo Tribunal Federal, sua previsão está no art. 102, I, "a", CF.

A legitimidade da Ação Declaratória de Constitucionalidade está prevista no art. 103, CF, tendo em conta que o §4º desse mesmo artigo (que previa a legitimidade da Ação Declaratória de Constitucionalidade) foi revogado pela Emenda Constitucional 45.

A lei ou ato normativo estadual não podem ser objeto de Ação Declaratória de Constitucionalidade, conforme preceitua o art. 102, I, "a", CF, portanto a alternativa D está incorreta.

**19 Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A Ação Declaratória de Constitucionalidade tem como efeito a suspensão por 180 dias dos processos que discutam a norma impugnada.
- b) Na Ação Declaratória de Constitucionalidade é necessário que se prove a prévia controvérsia judicial da lei impugnada.
- c) A declaração de inconstitucionalidade ou constitucionalidade, inclusive interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.**
- d) Os legitimados da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental são os mesmos da Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra C**. A declaração de inconstitucionalidade e constitucionalidade na interpretação conforme a constituição e na declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto tem eficácia contra todos E EFEITO VINCULANTE (não mencionado na alternativa "C"), conforme preceitua o § único do art. 28 da lei 9868/99.

Quanto à legitimação, o art. 2º, I, da lei 9882/99 expressamente prevê a legitimidade igual à da Ação Direta de Inconstitucionalidade.

A controvérsia judicial deve ser provada com base no art. 14 da lei 9868/99.

A suspensão por 180 dias dos processos que discutam a norma impugnada está prevista no art. 21 da lei 9868/99.

## 20 Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A petição inicial deverá conter a indicação do preceito fundamental que se considera violado.
- b) Caberá reclamação contra descumprimento da decisão proferida pelo Senado Federal, na forma do seu regimento interno.**
- c) A decisão sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental somente será tomada se presentes na sessão pelo menos 2/3 dos Ministros.
- d) A competência para apreciar e julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é do Supremo Tribunal Federal.

Você deixou essa questão em branco. A resposta certa é a **letra B**. Cabe reclamação para o Supremo Tribunal Federal e não para o Senado Federal.

Você acertou

**0 %**

## das questões

(0 de 20)

### Tente novamente

Seu aproveitamento poderia ser melhor. Para estudar mais sobre este assunto, consulte os resumos do DireitoNet ou faça o teste novamente.

---

#### Histórico de atualizações deste conteúdo

**27/jun/2014** Revisão geral. Este material não sofreu novas alterações até esta data.

**29/out/2009** Revisado de acordo com a Lei 12.063/09.

**12/jun/2006** Publicado no DireitoNet.